



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## **Requerimento Nº \_\_\_\_\_/2008**

(Da Sra. **Janete Capiberibe**)

*Solicita Audiência Pública  
a fim de debater a situação da  
população indígena do Amapá  
e do norte do Pará.*

Senhor (a) Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no artigo 24, inciso VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário, se digne a promover, com os convidados abaixo relacionados, reunião de Audiência Pública com o objetivo de debater a situação da população indígena do Amapá e do norte do Pará:

- Ministro da Justiça
- Ministro da Defesa
- Ministério Público Federal.
- Polícia Federal do Amapá
- Parlamentares do Pará e do Amapá
- Deputado Estadual Camilo Capiberibe
- Superintendente Nacional da FUNAI
- Superintendentes Regionais da FUNAI de Oiapoque e Macapá
- Comandante da Aeronáutica
- Representante do COMARA
- Responsáveis pelos projetos SIVAN e SIPAN
- Representantes do Calha Norte
- Associações Indígenas do Parque Tumucumaque
- 6ª Câmara da PGR



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### JUSTIFICAÇÃO

A partir da década de 1990, a fronteira norte (Município do Oiapoque e Terras Indígenas) do Estado do Amapá, limítrofe à Guiana Francesa, vem sendo integrada, gradativamente, à nova economia de mercado da globalização, através de projetos desenvolvimentistas governamentais e privados, de alcance colonizador e de integração econômica internacional envolvendo o Brasil e países do Platô das Guianas e do Caribe, com base nas estratégias e execução dos “Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento e dos Corredores de Exportação” (Governos: FHC e Lula), bem como do “Plano de Integração de Infra-estrutura Regional Sul (IIRSA)”, obedecendo as diretrizes dos organismos financiadores internacionais (FMI, BM, BID...). As obras, em andamento, de construção de pontes de concreto sobre córregos e rios que atravessam a BR-156, o asfaltamento dessa rodovia federal, a construção da ponte de concreto sobre o rio Oiapoque (obra a ser iniciada no segundo semestre deste ano), a implantação da Linha de Transmissão (L.T.) de Energia Elétrica 138 KV - Calçoene-Oiapoque, com aproximadamente 230 Km de extensão, e de Subestações Associadas (Vila Carnot e cidade do Oiapoque) pela ELETRONORTE, em andamento, implantação de áreas de assentamentos próximas dos limites das Terras Indígenas pelo INCRA, de serrarias e fazendas para criação de gado e desenvolvimento da piscicultura, dentre outros empreendimentos, estão relacionados a esse novo contexto. Esse modelo de capitalismo globalizado beneficiará, provavelmente, grandes empresas nacionais e corporações transnacionais com a criação e manutenção de infra-estrutura para a circulação de suas mercadorias e inserção daquelas no mercado global, bem como já transformou a BR-156 em um corredor de escoamento de madeira, de gado e possivelmente prepara as bases para transformá-la, em breve, em um corredor do agronegócio da soja. Atraiu assim, grande número de pessoas de



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

outras regiões do Brasil com tradições de garimpo, extrativismo e pecuária, e muitas sem qualificação, nem preocupação ambiental. O fluxo migratório vem provocando, principalmente no município do Oiapoque, grandes transformações negativas: inchaço populacional da capital do município (6.000 habitantes no início dos anos 1980 e cerca de 20.000 habitantes em 2005), degradação ambiental, sucateamento e degradação da saúde pública e indígena ;aumento da violência urbana (assassinatos; roubos; agressões), ilícitos ambientais (roubo de madeira, pesca e caçada predatórias; tráfico de animais; biopirataria), prostituição, propagação de drogas, grilagem de terras, pressões sobre as Terras Indígenas e acirramento das tensões.

Os impactos negativos provocados por esse modelo econômico concentrador e exportador e a iniciativa dos governos federal e estadual de asfaltar a rodovia Macapá-Oiapoque, também denominada BR-156, (tendo parte do seu traçado cortando a Terra Indígena Uaçá, desde o final da década de 1970, sob imposição do Governo Militar da época), excluindo os Povos Indígenas do Oiapoque do direito à consulta bem como as medidas de mitigação e de compensação, causaram preocupação e indignação nas comunidades indígenas que reagiram através do “I Seminário de Direito Indígena e Ecoturismo”, realizado em outubro de 2003 na aldeia Kumenê, da etnia Palikur. A partir desse seminário foi instituída a “Comissão Representativa dos Povos Indígenas do Oiapoque-CRPIO”, incumbindo-a de viajar a Brasília-DF, logo em seguida, para levar e entregar às instâncias de poder (PGR-6ª Câmara do MPF; IBAMA; FUNAI; DNIT; CÂMARA e CONGRESSO Nacionais), carta elaborada durante o evento, denunciando sua exclusão da questão pelos empreendedores, inclusive do EIA-RIMA que teve seu resultado aprovado pela FUNAI (CGPIMA), também sem consulta aos índios, apresentando ainda pontos de exigências e de propostas de mitigação e compensação para serem considerados, bem como reivindicando seus direitos constitucionais, forçando os empreendedores a reconsiderarem sua



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

posição, tendo a CRPIO cumprido a contento sua missão quanto a isto. A partir daí, no período de 2004 a 2005, diversas reuniões (algumas sob tensão e/ou pressão da parte dos empreendedores para tentar garantir de qualquer maneira seus interesses) aconteceram nas aldeias, em Oiapoque, Macapá e Brasília, entre representantes dos empreendedores (SETRAP, DNIT, empreiteiras) das obras de asfaltamento dessa rodovia e dos Povos Indígenas (CRPIO; Lideranças, Conselheiros, representantes de Organizações Indígenas) objetivando não só reafirmar esses legítimos direitos indígenas como também discutir, aperfeiçoar e negociar suas propostas, ressaltando-se que os Povos Indígenas não são contrários à implantação desses empreendimentos (asfaltamento da BR-156 e Linha de Transmissão de Energia Elétrica) -

Não bastasse os problemas gerados pelo exposto acima, tem ainda, não menos importante, a questão da saúde dos índios, das dez (10) pistas de pouso que dão acesso ao Parque Tumucumaque, da biopirataria e do garimpo clandestino

Por esses vários motivos graves, bem como outros que poderão ser abordados no decorrer da audiência, é que sugiro a Audiência Pública para debater e encontrar uma solução para essa crise que se arrasta ao longo dos anos.

Sala das Sessões,                      de                      de 2008

Deputada **Janete Capiberibe**  
PSB-AP



CÂMARA DOS DEPUTADOS